

DOSSIÊ

O JORNALISMO SIMPOIÉTICO DA REDE WAYURI:

um fazer-com das bordas do planeta



EVANDRO J. M. LAIA

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana – MG – Brasil

Univeristà degli studi di Roma La Sapienza, Roma – LC – Itália

ORCID: 0000-0002-8463-3176

MARINA MAGALHÃES DE MORAIS

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB – Brasil

Universidade Federal do Amazonas, Parintins – AM – Brasil

ORCID: 0000-0002-1124-8269

CÂNDIDA MARIA NOBRE DE A. MORAES

Universidade Federal do Amazonas, Parintins – AM – Brasil

ORCID: 0000-0001-5160-5921

DOI: 10.25200/BJR.v21n2.2025.1736

Received in: 05/09/2024

Desk Reviewed in: 30/06/2024

Desk Review Editor: Laura Storch

Approved on: 28/02/2025

Como citar este artigo: Laia, E.J.M., Moraes, M.M. & Moraes, C.M.N. (2025). THE SYMPOIETIC JOURNALISM OF THE REDE WAYURI: a make-with from the edges of the planet. *Brazilian Journalism Research*, 21(02), e1736. DOI: 10.25200/BJR.v21n2.2025.1736

RESUMO – O objetivo deste artigo é investigar os modos de produção da Rede Wayuri, formada por comunicadores indígenas de 23 etnias do Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, no Brasil. Denominamos rede jornalística a conexão entre todos os seres humanos e não-humanos que possibilitam a produção de uma tradução do mundo. Apresentamos o net-ativismo como uma abordagem para pensar as narrativas das bordas do planeta e, por fim, acionamos o conceito de simpoiese para definir a produção da Rede Wayuri como um jornalismo simpoiético.

Palavras-chave: Jornalismo. Simpoiese. Redes digitais. Tecnologias ancestrais. Floresta Amazônica.

THE SYMPOIETIC JOURNALISM OF THE REDE WAYURI: a make-with from the edges of the planet

ABSTRACT – The aim of this paper is to investigate the modes of production of the Rede Wayuri, a network of interconnected indigenous communicators from 23 ethnic groups from the upper part of the Negro River, in the state of Amazonas, Brazil. We call as journalistic network the connection between all human and non-human beings that makes it possible to produce a translation of the world. We present net-activism as an approach to thinking about the narratives from the edges of the planet and, finally, use the concept of sympoiesis to define the production of the Rede Wayuri as sympoietic journalism.

Key words: Journalism. Sympoiesis. Digital networks. Ancestral technologies. Amazon rainforest.

EL PERIODISMO SIMPOIÉTICO DE REDE WAYURI: un hacer-con desde los bordes del planeta

RESUMEN – El objetivo de este artículo es investigar los modos de producción de la Rede Wayuri, formada por comunicadores indígenas del Alto Río Negro, en el estado de Amazonas, Brasil. Llamamos red periodística a la conexión entre todos los seres humanos y no humanos que hace posible producir una traducción del mundo. Presentamos el net-activismo como un enfoque para pensar las narrativas desde los bordes del planeta e, finalmente, utilizamos el concepto de simpoiesis para definir la producción de la Rede Wayuri como un periodismo simpoiético.

Palabras clave: Periodismo. Simpoiesis. Redes digitales. Tecnologías ancestrales. Selva amazónica.

1 Introdução

Os povos indígenas do Brasil têm se conectado às redes sociais digitais. O que começou com a disseminação de pontos de cultura e políticas públicas de conectividade em aldeias de diferentes latitudes (Pereira, 2023), acelerou-se a partir da emergência dos dispositivos móveis, sobretudo os smartphones, e da conexão com a internet, experimentando um processo de apropriação de tecnologias que amplificam as redes territoriais tecidas desde um tempo imemorial. Esta experiência altera a condição habitativa, como afirmam Massimo Di Felice e Eliete Pereira (2017, p. 42), complexificando uma ecologia que já era reticular antes mesmo da chegada da internet, ao unir “os povos envolvidos, suas culturas, seus territórios, sua biodiversidade aos circuitos informativos digitais por meio de um singular dinamismo techno-

comunicativo-habitativo”. Este processo cria novos modos de tradução e visibilidade de culturas e saberes locais, forjando as condições para experiências inovadoras de net-ativismo (Di Felice, 2017).

Dados recentes do Censo 2022¹ (Secretaria, 2023) mostram um salto na população indígena do Brasil: são mais de 1,69 milhão de pessoas, 88% a mais que o registrado no levantamento anterior, de 2010. Nesta edição, houve maior participação dos indígenas no processo de coleta de dados e o monitoramento passou a ser compartilhado com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)². Também houve aumento no número de terras indígenas legalmente demarcadas³, passando de 505 para 573, entre 2010 e 2022. Mas não é errado afirmar que este salto é fruto também de um processo em curso de autorreconhecimento indígena e da ressurgência de etnias consideradas extintas, em função de uma superação das interpretações folclorizantes das vozes indígenas emergentes dentro e fora do cenário midiático contemporâneo (Laia & Guimarães, 2022), fomentado pela produção de narrativas autônomas (Laia, 2023), em plataformas digitais, que têm agendado discussões midiáticas.

Se, por um lado, reconhecemos as plataformas como “infraestruturas digitais alimentadas por dados, organizadas por algoritmos e governadas por relações de propriedade”, cujas *affordances* estão estreitamente vinculadas à lógica do capital (Grohmann & Salvagni, 2023, p. 31), também entendemos que as plataformas digitais e as práticas sociais se constituem mutuamente (Van Dijck, 2016). Neste sentido, compreendemos como fundamental ressaltar que, a despeito de várias contradições, as plataformas digitais reverberam vozes que até então não acessavam os meios para produção e disseminação de narrativas e, exatamente por isso, eram traduzidas apenas por aqueles que tradicionalmente ocupavam os lugares de mediadores, nos veículos de comunicação. Desta experiência redutora emergiu todo um imaginário sobre aqueles que estavam fora do seletor “clube da humanidade”, para usar as palavras do pensador indígena brasileiro Ailton Krenak (2019, p. 14), ou seja, gente alijada da construção do espaço midiático massivo.

É a partir deste aporte que apresentamos um recorte específico de investigação, a observação do trabalho realizado pela Rede Wayuri de comunicadores indígenas, que atua no Alto Rio Negro⁴, no estado do Amazonas. A iniciativa ganhou robustez nos trabalhos de combate à desinformação nas aldeias durante a pandemia de covid-19. A rede produz comunicação sobre a floresta

numa perspectiva não antropocêntrica, a partir das frestas das plataformas digitais, dos interesses das *big techs* e do agenciamento algorítmico dos fluxos informacionais, orientado para a capitalização. A partir desta experiência, mapeamos estratégias de apropriação e uso das tecnologias ancestrais e das redes digitais na construção e circulação de um possível jornalismo das bordas do planeta, ou, dito de outro modo, de um jornalismo simpoiético, cujo modo de produção está marcado por um certo fazer-com (Haraway, 2016). Tal experiência considera o jornalismo mais como uma rede de produção que envolve humanos e não humanos do que fruto da ação de um ou de alguns sujeitos humanos.

Neste sentido, esta investigação retoma a exortação de Eduardo Viveiros de Castro de que “temos a obrigação de levar absolutamente a sério o que dizem (...) os índios⁵ e todos os demais povos ‘menores’ do planeta, as minorias extranacionais que ainda resistem à total dissolução pelo liquidificador modernizante do Ocidente” (Kopenawa & Albert, 2015, p. 15). Ou seja: superando as interpretações folclorizantes das vozes indígenas emergentes dentro e fora do cenário intelectual contemporâneo, “tomando suas palavras não como metáforas, mas como conceitos, ou análogos de conceitos, como preferimos chamar estes operadores de pensamento que não passaram pelo liquidificador modernizante da academia” (Laia & Guimarães, 2022, p. 3). No caso desta pesquisa, tomamos a prática reticular da experiência dessa rede de comunicadores indígenas do interior do Amazonas como inspiração para pensar e produzir condições para a tessitura de redes de jornalismo para além do humano, a partir de uma perspectiva que vem da floresta – e não mais sobre a floresta –, produzida pelas redes que nela habitam.

2 Jornalisimos possíveis a partir do net-ativismo

No dia 11 de junho de 2021, a jovem Darnella Frazier, de 17 anos, recebeu uma menção especial do Prêmio Pulitzer, um dos mais importantes prêmios de jornalismo dos Estados Unidos e do mundo (Portal, 2021). Ela não é jornalista de formação e tampouco de prática profissional. Mas foi ela quem, um ano antes, filmou com seu celular a ação policial que resultou na morte de George Floyd, em Minneapolis, nos Estados Unidos, no auge da pandemia da covid-19. Floyd foi abordado pelo ex-policial branco Derek Chauvin, que o agrediu e o

manteve no chão, apertando com o pé o seu pescoço até asfixiá-lo. A história de racismo se tornou conhecida no mundo a partir das imagens feitas pela adolescente, que foram usadas em veículos de imprensa, à exaustão, e acabaram funcionando como evidência de violação de direitos humanos em um tribunal que considerou o expolicial culpado pela morte. Darnella testemunhou no julgamento.

O Prêmio Pulitzer reconheceu o papel da jovem que produziu as imagens do assassinato de George Floyd, mas este gesto não surge como único e nem mesmo pioneiro. A necessidade de entender a atividade jornalística de modo mais ampliado, como uma rede de conexões, ou ainda, definindo de outro modo, como uma constelação de jornalismo possíveis, ganha urgência a partir das “redes de indignação e esperança” (Castells, 2013) inauguradas pela Primavera Árabe, quando dispositivos conectados em rede, em especial os smartphones, tornaram-se instrumentos de produção de vídeo como prova e de proteção em protestos. Foi neste contexto que o Committee to Protect Journalists (CPJ), entidade internacional de proteção aos jornalistas, sediada em Nova Iorque, passou a considerar como passível de suas ações não apenas os jornalistas propriamente ditos, mas toda a rede de produção, como explicou a então pesquisadora do CPJ, Sarah Rafsky, em 2015.

Nos primeiros dias da revolução na Síria, muitos dos vídeos que estávamos vendo estavam sendo enviados por taxistas que estavam gravando em seus telefones. Se um taxista estivesse gravando em seu telefone e um franco-atirador do exército de Assad⁶ o visse e atirasse nele, porque ele o viu fazendo registros de interesse jornalísticos, nós contamos esse caso como sendo violência contra a imprensa. (...) Nós olhamos para quem é a pessoa, o que ele estava fazendo, o que aconteceu e então fazemos uma determinação em cada caso específico, mas em geral não discriminamos porque é um jornalista profissional ou um jornalista não profissional. (Medeiros, 2022, pp. 92-93).

Ou seja, se o ator está envolvido no ato de gravar ou disseminar a imagem, ele faz parte da rede. É uma definição que considera as conexões que produzem o jornalismo, ao invés de considerar esta ação como proveniente de um lugar estável, identificável, forjando a profissão do jornalista. A digitalização dos processos de comunicação e a disseminação de aparelhos conectados em rede, com a possibilidade de produzir narrativas que “furam o bloqueio da mídia” (Castells, 2013), aparecem como uma importante contribuição a este descentramento do lugar do jornalista. Este processo, que se intensificou entre a Primavera Árabe, em 2011, e

o Junho de 2013, no Brasil, tem desdobramentos em curso até hoje e se encaixa na terceira fase do net-ativismo (Di Felice, 2017). Tal conceito foi definido por Di Felice (2013) como uma nova forma de ativismo digital que se desenvolve em rede e na rede, maximizando as possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade no âmbito dos movimentos new-global.

Esses são caracterizados não pela oposição à globalização, mas pelo advento de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação glocal avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente e sustentabilidade. (Di Felice, 2013, p. 10).

Desde as primeiras conexões da internet, ainda na forma pioneira da rede mundial de computadores, já havia experiências resultantes da sinergia entre pessoas, movimentos e tecnologias digitais, em uma primeira fase do net-ativismo conhecida como preparatória (Di Felice, 2017). À época, as dinâmicas passavam pela difusão de informação entre os membros, a troca de mensagens eletrônicas e a organização de debates via fóruns, discussões e teleconferências (Magalhães, 2018).

Em um nível menos instrumental e mais sinérgico entre pessoas, movimentos e tecnologias digitais, o zapatismo mexicano despontou em meados dos anos 1990, dando início a uma segunda fase, a de experimentação das primeiras formas de conflitualidades sociais, difundidas através da internet (Di Felice, 2017). Experimentou-se, a partir do movimento indígena mexicano, as possibilidades abertas pelo digital não apenas como mídia, mas como uma nova forma de participação social. Os zapatistas transmitiam as suas reuniões diretamente dos seus territórios e difundiam as suas próprias narrativas, espalhando não somente as suas bandeiras de lutas, mas suas cosmovisões, aglutinando apoios de entidades e movimentos espalhados por diferentes latitudes.

Dos anos 2000 em diante, a entrada da terceira fase do net-ativismo – da web 2.0 e das plataformas de redes sociais – ficou marcada pelo levante de protestos, ações em rede, subversões de vários gêneros e pela formação de redes eficazes distribuídas de interação entre pessoas, dispositivos de conexão, banco de dados e territorialidades (Di Felice, 2017). O ponto de virada dos movimentos se deu por meio da criação de páginas e perfis, pessoais e coletivos, nas redes hiperconectadas – Facebook, Twitter, YouTube, Instagram.

As ações net-ativistas vão se moldando aos recursos tecnológicos disponíveis e seguem de modo orgânico em constante atualização. Embora trazendo no encaixe uma série de inseguranças e incertezas, é a partir destas experiências que precipitamos uma certa ideia de um jornalismo das bordas do planeta, em contraposição a um jornalismo do clube seletivo da humanidade (Krenak, 2020), ou seja, fruto de um modo objetivista de produção de conhecimento. Tal postura parece ter ganhado urgência e importância a partir de dois marcos: 1) a escalada dos movimentos sociais em rede dos anos posteriores (15-M da Espanha, Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, Junho de 2013, no Brasil, para citar alguns); 2) o processo acelerado de plataformização e dataficação da vida (Lemos, 2021) a partir da pandemia de covid-19, que trouxe um avanço desmedido dos processos de tecnovigilância de um lado e, do outro, a possibilidade de um net-ativismo fora dos grandes centros, com a produção de um jornalismo produzido por e para aqueles que Ailton Krenak (2019, p. 21) chamou de povos “das bordas do planeta”, “aqueles que ficam meio esquecidos (...) nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caçaras, índios, quilombolas, aborígenes⁷ - a sub-humanidade”.

O entendimento de que o net-ativismo de povos originários pode configurar um tipo de jornalismo das bordas do planeta parte do pressuposto do jornalismo como uma rede de produção que se configura a partir das relações entre humanos e não humanos. Ou, melhor dizendo, dos jornalismo, no plural, retomando a ideia de que o jornalismo já foi outros. Ciro Marcondes Filho (2000) definiu quatro momentos na história deste modo de traduzir o mundo. O primeiro jornalismo teria sido inventado junto com a Revolução Francesa, no final do século XVIII, a partir dos ideais iluministas, com todas as suas contradições. “O saber e o poder, por consequência, que até então estavam sob domínio da Igreja e das universidades, passaram a ser vistos como um direito. A liberdade, a igualdade e a fraternidade, valores inegociáveis da revolução, tornaram-se universais” (Medeiros, 2022, p. 146). O direito à informação faz surgir a figura do jornalista, responsável por “procurar, explorar, vasculhar, virar tudo de pernas para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia. Surge daí uma prática eminentemente sua, o mito da transparência” (Marcondes Filho, 2000, p. 11).

No século XIX tem início o segundo jornalismo, quando a atividade se profissionaliza e são criadas as redações, lugares específicos para esse tipo de trabalho. As publicações passaram a se sustentar com

a venda de anúncios. Estabeleceu-se aí a dicotomia “opinião e fato” e o jornalista passou a ser visto como um mediador entre o público e o Estado. Nelson Traquina (2005) afirma que neste momento a figura do repórter é criada e define-se como sua função apenas reportar fatos, de modo objetivo. Ou seja, desconsiderando-se toda uma rede de conexões anteriores e posteriores ao trabalho de reportagem.

“A progressiva transformação das notícias em negócio é o que agenciou, definitivamente, a invenção do conceito de objetividade no jornalismo. Os fatos substituíram os comentários, na confiança de que a palavra refletiria a realidade observada tal como ela se apresenta” (Medeiros, 2022, p. 148). Esse é o terceiro jornalismo, forjado no século XX, com a formação dos grandes conglomerados de comunicação. O jornalista passou a ser alguém que evita emitir opiniões pessoais, informando com o máximo de isenção possível, por isso o texto passou a obedecer a um conjunto de regras e procedimentos narrativos que devem seguir um formato e evitar a subjetividade. “Neste novo jornalismo na era do positivismo, vive-se um culto dos fatos” (Traquina, 2005, p. 52). O jornalista é considerado então o tradutor legítimo da realidade.

A mirada do autor sobre o que ele classifica como o quarto jornalismo, da era informática, nos parece apocalíptica. Porém, tal olhar, marcado pelo tempo e atravessado pelo entendimento de uma época, não inviabiliza a aproximação com a nossa proposta. Ao classificar o jornalismo em quatro tempos, Marcondes Filho (2000) desvela a ideia de uma essência do fazer jornalístico. Portanto, o que nos interessa é o gesto de rompimento com uma ideia uníssona de jornalismo, que nos permite entender esta atividade para além da configuração com a qual ela se apresentou a nós nas últimas décadas e apostar em novos arranjos possíveis para o que chamamos de jornalismo. Como, por exemplo, as narrativas das bordas do planeta, cuja expressão que salta aos olhos neste artigo é a comunicação digital indígena.

3 Comunicação indígena e tecnologias ancestrais

Eliete Pereira (2023) propôs esboçar uma genealogia da comunicação digital indígena no Brasil a partir do surgimento da internet. Iniciativas como Rede Povos da Floresta, Índios Online, Rádio Yandê, Mapa Cultural Suruí, Centro de Documentação Digital Ikpeng,

#SomosTodosGuaraniKaiowás, Escuta da Floresta, Portal Muká Mukau são exemplos de registros e histórias que atingem territórios muito além dos lugares onde foram concebidas, por meio das tecnologias digitais. Em diferentes paisagens geográficas e conectivas, tais experiências revelaram um processo de fortalecimento cultural e reelaboração étnica dessas comunidades, para além de “o protagonismo indígena, a visibilidade, a simbiose, o ciberativismo, o net-ativismo, o fortalecimento e a expansão das alianças e redes de apoiadores e a digitalização da localidade” (Pereira, 2023, p. 145). Essas experiências configuram-se como alianças entre tecnologias digitais e ancestrais para preservação e difusão de territórios e saberes.

Um exemplo emblemático aconteceu em 2012, quando indígenas da comunidade Guarani-Kaiowá Pyelito Kue/Mbarakay, vivendo em um território em processo de reconhecimento próximo à cidade de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, tornaram pública uma declaração de suicídio coletivo de 170 homens, mulheres e crianças depois de terem recebido uma ordem de despejo.

Em pouco tempo, a difusão da declaração na internet repercutiu num movimento espontâneo nas redes digitais. A viralização do #SomosTodosGuaraniKaiowás, #GenocídioGuarani no Twitter e em páginas na internet e a adoção do etnônimo “Guarani Kaiowá” pelos usuários e personalidades públicas do Facebook transbordaram os circuitos das redes, ocasionando atos públicos nas ruas em diversas cidades do país e do exterior. Essa ação provocou uma pressão inédita ao governo e à Funai, para que agissem diretamente na mediação do conflito. (Pereira, 2023, p. 141).

Por meio da criação de blogs, sites, páginas e perfis nas redes sociais digitais, canais de áudio e vídeo no YouTube e nas plataformas de streaming, vozes como as dos Guarani-Kaiowá se encontram na produção de narrativas autônomas. Estes relatos, ainda que diversos, estão marcados por três características em comum (Laia, 2023): 1) o uso da tecnologia streaming e de grandes plataformas de acesso gratuito; 2) a produção de narrativas autônomas que furam o bloqueio da mídia, agendando os meios de comunicação tradicionais; 3) o potencial de produzir traduções menos redutoras da diferença.

Um dos modos de produzir comunicação nesta ambiência se constitui a partir da apropriação dos meios de produção de narrativas plataformizadas por grupos que estavam fora da agenda pública midiática, especialmente aqueles cuja existência está ligada aos seus territórios e inclui a experiência indígena na internet, como inventariada por Pereira (2023). Ao mesmo tempo, a conexão com a

internet torna possível aos não indígenas vislumbrar a vida na floresta para além do passado que ainda habita o imaginário ocidental, marcado pela ideia de exotismo desses povos e, em especial, da Amazônia (Rodrigues et al., 2018). Com o incremento das tecnologias digitais de informação e comunicação, os povos indígenas aprimoram as práticas de proteção da floresta ao mesmo tempo em que inovam, ao incorporá-las aos sistemas tradicionais de comunicação (Di Felice & Pereira, 2017). Entendemos que esta constituição das coisas, ou seja, desta nova ambiência, deve ser lida a partir do conceito de net-ativismo, manifestação ecológica ou reticular que,

em alguns casos, surge como uma associação involuntária, um protesto cibernético que emerge em forma de rede e nas redes digitais, geralmente em nome de uma causa, e pode ir às ruas espalhadas em múltiplas bandeiras. Ocorre independentemente da posição política. Está relacionada a uma prática e a um comportamento que envolvem tecnologias, algoritmos, inteligências cibernéticas, humanos e não humanos, no uso e no contexto de atores reivindicantes. (Magalhães & Franco, 2023, p. 16).

Na perspectiva do net-ativismo, as narrativas das bordas do planeta configuram-se como interações reticulares complexas, que permitem a experimentação de ações colaborativas resultantes da troca de informações entre humanos, dispositivos de conexão e dados. É o caso dos projetos de comunicação e resistência indígena em expansão na Amazônia, como a Rede Wayuri de comunicadores indígenas do Rio Negro (Lozovei, 2021). Vinculada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), a rede define-se como “um coletivo de mídia popular formado por aproximadamente 30 comunicadores das etnias Baré, Baniwa, Desana, Tariana, Tuyuka, Piratapuaia, Tukano, Wanano, Hup’dah, Yanomami e Yeba Masã” (Rede, 2024). Em outras palavras, por meio do net-ativismo e da circulação de narrativas autônomas na fissura das plataformas digitais, desenha-se uma nova ecologia com toda a sorte de entidades, humanas e não humanas, em um enredamento entre redes digitais e tecnologias ancestrais de comunicação e transporte.

Os modos de viver e comunicar que os povos que vieram antes de nós deixaram como legado (a escrita, a oralidade, os rituais, o manuseio das ervas, os processos de cura) são tecnologias ancestrais. “As tecnologias das comunidades indígenas e as tecnologias que trouxeram [ao Brasil] as comunidades africanas no processo de escravidão, estão carregadas de significados e sentidos e são fontes

abundantes de cosmovisões, de saberes ritualísticos e de aproximações responsáveis com a pachamama⁸”, afirmam Fellner et al. (2020, p. 328). Desconhecer este legado é apagar uma parte da história e valorizar só um tipo de conhecimento, aquele ocidental, hegemônico, colonial e, portanto, eurocêntrico. Nesta mesma chave, Oliveira et al. (2021) afirmam que as manifestações e os movimentos de resistência e práticas comunicacionais que vicejam a partir dos povos indígenas e das mais diversas experiências de afirmação de origem africana,

oferecem não só inventivas formas de ruptura com o poder biopolítico das grandes corporações midiáticas e com o racismo estrutural como também inventivas formas de afirmação existencial (linguísticas, territoriais, culturais, religiosas, científicas, filosóficas, poéticas) e de autorreparação de traumas históricos e injustiças no campo dos direitos. (Oliveira et al., 2021, p. 3).

Ainda neste sentido, ao relatar a experiência do projeto Territórios Livres, Tecnologias Livres (Territórios, 2024), do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação, a pesquisadora Tâmara Terso (2023) alerta para a importância de se pensar sobre as experiências de ativismo digital a partir das bordas, lembrando que “existiram outros modos de fazer ativismo digital bastante interessantes que dialogam muito com a nossa realidade local, com a nossa realidade de povo brasileiro e com a realidade dos territórios tradicionais dos povos negros e indígenas” (Terso, 2023, p. 64).

No mapeamento sobre internet, tecnologias da informação, comunicação e justiça socioambiental feito em quilombos e comunidades rurais da Região Nordeste do Brasil (Territórios, 2024), também chamou a atenção dos pesquisadores a dificuldade de acesso à internet – 28% dos participantes não tinham acesso algum – além do fato de que, destes que têm acesso, 71% o faziam apenas pelo telefone celular. Porém, esta interdição ao acesso pleno à internet, com sinal de qualidade e dispositivos adequados, acontece especialmente em comunidades rurais, isoladas, marcadas, por outro lado, pelo que Massimo Di Felice (2019) chamou de conexão de todas as coisas, em referência ao modo de habitar indígena, complexo e conectivo por excelência. A experiência da hiperconexão é um fenômeno que ainda tentamos teorizar adequadamente, porém, no mundo de alguns povos das bordas do planeta, especialmente indígenas, onde é possível se conectar e se comunicar de modo ⁹transespecífico, com outros existentes, as coisas são vivas e as subjetividades já são uma possibilidade para além da espécie humana desde os tempos imemoriais.

No começo deste terceiro milênio, ao descobrirmos que habitamos um mundo infectado e conectado, assistimos a uma ruptura epistêmica que nos obriga a repensar a nossa ideia de humano, sociedade, comunicação e economia a partir das redes de redes que constituem e habitam a floresta: as redes dos rios, as redes das árvores, as redes vegetais, as redes animais, as redes dos povos, as redes dos fungos e dos musgos, as redes dos sensores, as redes das ondas de rádio, as redes dos sinais dos satélites, as redes do big data. (...) Um blockchain, uma plataforma de interação digital, uma floresta pluvial, uma pandemia não compõem uma complexidade sistêmica, feita de partes separadas e comunicantes que podemos observar à nossa frente. Estes exprimem um outro tipo de complexidade, reticular e conectiva, caracterizada por um conjunto de transformações que, além de se modificarem continuamente, produzem alterações em nós. (Di Felice, 2023, pp. 34-35).

É a ambiência conectiva das cosmologias originárias que, nos parece, contribui para um importante ponto observado pelos pesquisadores que foi justamente o que as pessoas entrevistadas entendiam por tecnologias. O grupo percebeu que o digital se mistura com outras tecnologias que já estão presentes historicamente no território, como o manejo do solo, as tecnologias de cuidado através da medicina tradicional e as tecnologias de comunicação – como o compartilhamento das experiências vividas em rodas, as místicas, os tambores de crioula, as rodas de coco. “Todas essas tecnologias são denominadas, são tipificadas por mãe Beth de Oxum, que é uma ativista da comunicação, da democratização da comunicação, em Pernambuco, como tecnologias ancestrais” (Terso, 2023, p. 80). Mãe Beth de Oxum é uma ialorixá¹⁰, percussionista, ativista e comunicadora pernambucana cujo pensamento, de acordo com Terso (2023), aponta para a convivência entre tecnologias ancestrais e tecnologias digitais, de modo bem próximo à ideia de conexão de todas as coisas de Di Felice (2023), apostando nas relações de solidariedade que podem proteger e fomentar as redes de redes. “São redes territoriais que se ampliam através das redes digitais e que se interconectam através das redes digitais” (Terso, 2023, p. 82).

Na teia dessa nova ecologia reticular, a ideia contemporânea de cidadania se constrói em comunhão com o digital, definindo o termo cidadania digital para denominar “a expansão dos direitos e das formas participativas parlamentares” (Di Felice, 2019, p. 7), por meio do advento desse “novo tipo de comum, conectado e interativo”. Em colaboração com as plataformas digitais, a construção dessa nova forma de cidadania sinaliza

a transição de formas subjetivas e humanísticas de interação e cidadania para formas digitais, algorítmicas e infoecológicas de participação e de vida. É necessário mudar nossa concepção do social e nos prepararmos para habitar as infoecologias e as redes do mundo que está por vir. (Di Felice, 2019, p. 181).

Este caminho já vem sendo percorrido a partir do desenvolvimento de tecnologias sociais próprias para driblar a dificuldade de acesso à internet, na tessitura entre saberes ancestrais e redes digitais. No caso da Rede Wayuri, os comunicadores produzem predominantemente boletins em áudio, devido ao acesso ainda precário à internet para distribuição de outros formatos. Esta informação inicial, apurada em um mapeamento da conectividade de comunidades ribeirinhas no Baixo Amazonas (Magalhães & Nascimento, 2024), já finalizado, nos levou a uma pesquisa exploratória inicial sobre a Rede Wayuri. O contato com os comunicadores do grupo, a realização de duas entrevistas com uma das fundadoras da rede (Ferraz & Melo, 2024; Coletivo, 2024) e a observação da produção da rede nas plataformas digitais constitui a segunda etapa do trabalho e fundamenta o que apresentamos neste estudo de caso.

4 O fazer-com da Rede Wayuri

Abordamos o caso da Rede Wayuri a partir de uma noção de ecologia reticular (Di Felice, 2017), que inclui o ambiente midiático platformizado, mas o amplia, a partir da noção de redes de redes (Terso, 2023) e da conexão de todas as coisas (Di Felice, 2023). Podemos tomar o próprio uso das línguas nativas mais faladas na região do Alto Rio Negro – como baniwa, iantu, tukano e yanomami – na produção de notícias online e podcasts como um exemplo de redes de redes, integrando redes digitais que amplificam as redes territoriais a partir das línguas nativas, tecnologias ancestrais de comunicação que conectam estes territórios desde os tempos imemoriais. A ecologia de mídia da Rede Wayuri também articula redes de redes, ao integrar a produção digital do grupo, a partir da base, em São Gabriel da Cachoeira: 1) ao sistema analógico de rádio broadcast, via transmissão por antenas em três municípios; 2) à transmissão por streaming em plataformas digitais como o Spotify; 3) aos territórios remotos onde não chega a transmissão de rádio por

antena e também não há internet, por meio de pen drives levados em barcos, especialmente os da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e do Instituto Socioambiental (ISA), parceiros que acompanham muito de perto o trabalho da rede.

Segundo Cláudia Ferraz (Coletivo, 2024), da etnia Wanano, uma das fundadoras da rede, a produção do podcast Wayuri, considerado o mais importante produto do grupo, é um resumo do programa de rádio Papo da Maloca. O conteúdo é complementado por participações dos comunicadores que enviam informações desde suas bases, pela internet ou registradas em algum dispositivo, por barco, já que o coletivo oferece oficinas de formação e capacitação para os seus membros, que permanecem em seus territórios e comunidades durante a maior parte do tempo.

Toda sexta-feira, às nove horas, acontece uma reunião de pauta na Foirn, quando uma equipe do Departamento de Comunicação da Federação colabora na produção institucional, que inclui conteúdo para o Instagram, site, blog e o Boletim Wayuri distribuído nas comunidades. Durante essa reunião, são discutidos os temas mais relevantes para o Papo da Maloca, incluindo os entrevistados e os assuntos urgentes a serem abordados. (Ferraz & Melo, 2024, p. 192).

Embora a produção seja feita de modo digital, na sede do grupo, a distribuição pode-se dar tanto digitalmente quanto analogicamente, por meio de pen drives que são enviados por barcos para pontos remotos do mapa e depois reproduzidos em rádios-postes ou rádios-árvores, bem como disseminados por carros de som ou via serviço de radiofonia pela Foirn (Lozovei, 2021).

A rede apresenta traços de um movimento net-ativista no que tange à formação de redes de conexão entre humanos (comunicadores) e não-humanos (redes sociais digitais, dispositivos de conectividade, plataformas de distribuição de produtos em streaming, aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones – WhatsApp –, dentre outros). Também se caracteriza como um exercício de cidadania digital, na medida em que revela uma nova morfologia ecológica e social (Di Felice, 2019), por contar ainda com a presença interativa da floresta, das árvores, dos rios e dos softwares em suas formas de participação e governança em territórios midiaticamente e politicamente esquecidos.

Para a jornalista indígena Ariane (Susui) dos Santos Lima (2023, citada por Ferraz & Melo, 2024, p. 187), do povo Wapichana, a comunicação feita por indígenas, que reflete

movimentos de resistência liderados por comunicadores e jornalistas indígenas, é o arco e flecha do século 21. “Estes agentes de mudança buscam não apenas contar, mas reescrever suas próprias narrativas, almejando assim reafirmar suas identidades culturais e desafiar a hegemonia historicamente imposta”. No caso específico da Rede Wayuri, em meio ao deserto informacional da região do Rio Negro – seja pela ausência de meios de comunicação de massa próprios, seja pela invisibilidade das suas pautas nos interesses de cobertura da mídia hegemônica –, o mutirão de trabalho coletivo e solidariedade (significado de Wayuri, na língua nheengatu) apropriou-se da lógica jornalística para construir relatos, narrativas, lutas em busca de um mundo possível a partir das bordas do planeta. O *modus operandi* se assemelha, inclusive, ao trabalho de uma redação jornalística, como Cláudia Ferraz descreve a reunião de pauta:

É dividida em dois momentos: um mais institucional, com informações da Foirn, e outro voltado para a sociedade civil, com representantes de escolas, secretarias e associações locais. Paralelamente, no grupo de WhatsApp dos comunicadores nas bases são solicitadas informações, sugestões de temas e novidades que possam ser incluídas no programa. Como responsável pela edição de áudio, eu recebo esses conteúdos nas segundas ou terças-feiras, edito e preparo para serem transmitidos tanto no Papo da Maloca quanto no podcast Wayuri. Os materiais editados são então enviados para a rádio, onde são inseridos no programa ao vivo, permitindo que a comunidade ouça as informações dos comunicadores locais. (Ferraz & Melo, 2024, p. 192).

Um dos diferenciais da Rede Wayuri em relação à lógica de trabalho jornalístico empresarial é a descentralização do processo de construção narrativa, em busca de uma produção participativa, característica de movimentos net-ativistas (Magalhães, 2018). Além do engajamento das pautas em torno do interesse comunitário, o coletivo preza pela produção de conteúdo especial na língua materna, a fim de facilitar a compreensão de parentes de diferentes etnias, a partir das línguas indígenas mais faladas na região.

A abordagem busca se adaptar à realidade de cada comunidade, o que foi fundamental para os trabalhos iniciais da rede durante a pandemia da covid-19, facilitando a troca de informações entre os profissionais de saúde e as comunidades indígenas. A tradução de discursos – científicos, políticos, acadêmicos – é, inclusive, uma outra premissa do jornalismo apropriada pelo coletivo:

Foi gratificante ver as pessoas dizendo “agora entendi” ou “agora estou compreendendo” em suas línguas nativas, pois isso significava estarmos alcançando nosso objetivo de tornar as informações acessíveis e compreensíveis para todos, especialmente em temas tão importantes e sensíveis. (Ferraz & Melo, 2024, p. 198).

É importante reforçar que não é nosso objetivo fazer um inventário das apropriações e possíveis usos das narrativas autônomas net-ativistas pelo jornalismo, mas sim pensar estes outros modos de traduzir o mundo, como o da Rede Wayuri, em uma ecologia reticular. A questão que colocamos aqui não é pensar como o jornalismo pode se adaptar a tais mudanças, mas pensar como esta nova ambiência pode se configurar como um outro jornalismo possível ou, ainda, como um análogo ao jornalismo como o conhecemos. Esta proposta faz coro à ideia de não tomar as palavras dos povos das bordas como metáforas, mas como análogos de conceitos (Laia & Guimarães, 2022).

O exemplo da Rede Wayuri também nos impele a pensar o lugar deste jornalismo nesta ecologia reticular complexa, que envolve redes de redes. Para abordar tal fenômeno, acionamos, neste ponto, a noção do que Donna Haraway (2016) chamou de fazer-com, o modo como ela entende a criação coletiva, responsável, a partir do que se tem disponível, em um mundo em ruínas. Haraway compreende o Antropoceno como um evento-limite, em que as reservas da Terra estão em processo de exaustão, em que impera a destruição de espaços-tempos de refúgio para os seres, de modo que nosso trabalho seja tornar curto o quanto possível esse evento-limite, a partir da aliança multiespécie, com vistas à (re)criação de espaços de guarida para a vida. O esforço de Haraway é parte de um trabalho mais amplo de avançar no entendimento de que a espécie *Homo sapiens* representa apenas um elo entre variadas conexões imprescindíveis para a manutenção e estabilidade da vida.

Ailton Krenak dá o nome de abstração civilizatória a um certo entendimento contrário à noção de conexão de todas as coisas, que nos aliena da Terra, este organismo do qual nos divorciamos principalmente a partir dos postulados do que se convencionou chamar modernidade. “A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da Terra, vivendo uma abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos” (Krenak, 2019, pp. 22-23). Por essa via, faz cada vez mais sentido entender os modos de existência dos povos não ocidentais para pensar não apenas o nosso mundo, mas a coexistência de

mundos possíveis no nosso planeta e por consequência, de modos de narrar estes mundos, de jornalisismos possíveis. Daí a noção de um fazer-com, que Haraway (2016, p. 48) também chama de simpoiese, um arranjo reticular dos existentes rumo à construção de refúgios no mundo em ruínas.

O termo simpoiese se refere a sistemas de produção coletiva que não têm limites espaciais ou temporais autodefinidos, nos quais as informações e o controle são distribuídos entre os componentes. Os sistemas são evolutivos e têm potencial para mudanças autônomas e surpreendentes. Tal proposta surge em contraposição e ao mesmo tempo em complemento ao já decantado e valioso conceito de autopoiese, que definiu, a princípio, a habilidade dos seres vivos de criarem a si mesmos, mas, posteriormente, passou a ser usado para se referir também a sistemas autônomos, autoprodutores, especialmente com a emergência das tecnologias digitais e os desdobramentos do aprendizado de máquina e das inteligências artificiais.

Os sistemas autopoieticos são extremamente interessantes – veja a história da cibernética e das ciências da informação; mas eles não são bons modelos para mundos vivos e moribundos e suas criaturas. Os sistemas autopoieticos não são fechados, esféricos, determinísticos ou teleológicos, mas não são modelos suficientemente bons para o mundo mortal da ficção científica. A poiesis é simptônica, simpoiética, sempre em parceria até o fim, sem “unidades” iniciais e subsequentemente interativas. (Haraway, 2016, p. 33).

Os comunicadores da Rede Wayuri, que vivem em comunidades muito distantes umas das outras, com acesso apenas pelo Rio Negro e seus afluentes, experimentaram uma expansão sem precedentes a partir de 2020, quando os boletins produzidos pelo grupo ajudaram a informar e a combater a desinformação sobre a pandemia. Alguns têm acesso à internet em suas próprias comunidades, enquanto outros precisam se deslocar para encontrar um sinal de internet. O serviço de radiofonia da Foirn também é valioso para o grupo, mas não é suficiente. Por isso, neste contexto, são fundamentais as redes territoriais, tecidas a partir de outras tecnologias: barco e rio.

Na nossa região, o Rio Negro é muito importante porque aqui não tem estradas. Então, o rio é a nossa principal estrada, um caminho que percorremos para levar informações. Nossos comunicadores, que estão nas bases, utilizam o rio para se locomover entre suas comunidades, enfrentando obstáculos como corredeiras e cachoeiras. Muitas vezes, eles enfrentam desafios para levar informações, especialmente quando não há sinal de internet em determinada comunidade. Em situações assim, eles utilizam suas canoas e rabetas para ir

até comunidades vizinhas, levando as informações através da comunicação oral, caso outros meios não estejam disponíveis. (Ferraz & Melo, 2024, pp. 196-197).

Cláudia Ferraz (Coletivo, 2024) destaca o fato de que o território de atuação da Rede Wayuri é bastante complexo, não apenas do ponto de vista geográfico, mas sobretudo, cultural e linguístico, abrangendo 750 comunidades, 23 povos indígenas e três municípios: São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Ao ser questionada sobre como é possível organizar todas as informações, fazer e distribuir um podcast com tantos entraves e, ao mesmo tempo, tantas pessoas e comunidades envolvidas e em colaboração, a resposta de Ferraz corrobora de um fazer-com, de uma ação simpoiética: “o nome da Rede Wayuri já vem trazendo esse significado, porque ‘wayuri’, na língua nheengatu, significa trabalho coletivo. Então é mutirão, é trabalho coletivo, a gente faz tudo de uma forma colaborativa mesmo, trazendo o pessoal e montando tudo coletivamente” (Coletivo, 2024).

5 Considerações finais

Percorremos neste artigo um caminho que teve início em uma breve discussão sobre a possibilidade de atuação nas frestas das plataformas digitais, apresentando em seguida o net-ativismo, especialmente na sua terceira fase, como uma abordagem fecunda para pensar a experiência da produção de narrativas das bordas do planeta, na expressão da comunicação digital indígena. Tal vivência configura-se, na nossa avaliação, como um análogo do jornalismo, ou dos jornalismo, no plural, a partir de uma historicidade deste modo de traduzir o mundo. É neste ponto que apresentamos a experiência da Rede Wayuri de comunicadores indígenas. Observamos que discussões geralmente muito associadas ao imaginário das redes digitais são estreitamente relacionadas às vivências e tecnologias ancestrais a partir das quais o imbricamento da rede faz emergir: desafios de conexão, cooperação, compartilhamento são apenas alguns dos exemplos. Se é comum afirmar que “palavras como interação, colaboração, troca, recombinação e compartilhamento passaram não apenas a organizar a gramática das redes, mas também a influenciar a própria dinâmica social” (Grohmann & Salvagni, 2023, p. 7), também é fato que, ainda sob outro repertório linguístico, os indígenas sempre souberam da força dessa atuação e

em suas gramáticas não organizadas sob a lógica colonizadora, estes elementos sensibilizadores já estavam lá.

Há um sentido de coletividade que atravessa este fazer em rede, o que aproxima das experiências net-ativistas, como a do registro do assassinato de George Floyd, mas vai além, pois só é possível a partir do arranjo entre plataformas de redes digitais e tecnologias ancestrais, cuja presença na rede cria as configurações necessárias para o que denominamos rede jornalística: a conexão entre todos os seres humanos e não-humanos que possibilitam a produção de uma tradução do mundo. Por isso, tomamos o jornalismo como uma teia composta por todos os tipos de existências. Acessamos Donna Haraway (2016) para nomear a produção da Rede Wayuri como um jornalismo simpoiético, que definimos como um análogo do jornalismo, uma tradução de mundo produzida em ambiente plataformizado, mas que, fundamentada na noção de ecologia reticular (Di Felice, 2017), amplia esse entendimento a partir da noção de redes de redes (Terso, 2023) e da conexão de todas as coisas (Di Felice, 2023). O jornalismo simpoiético é fruto do enredamento das redes digitais e das tecnologias ancestrais que integram sistemas de fibra ótica, satélites, seres humanos, clima, árvores, barcos, pen drives e todos tipo de existentes da floresta, gerando como resultado algo substancialmente diferente das traduções de mundo produzidas em redações.

O caso da Rede Wayuri aciona uma série de ações, formas habitativas e comunicacionais que nos servem como chave para pensar o jornalismo. Se é bem verdade que esta é uma prática que enfrenta uma série de crises na contemporaneidade, o jornalismo desenvolvido nas bordas do planeta é capaz de apontar caminhos possíveis e que fazem sentido nos territórios de origem, a partir de onde deve ser abordado. Por isso, para além da exploração inicial e da fase de observação da produção e entrevistas, esta investigação avança para uma vivência etnográfica com os comunicadores da rede, em São Gabriel da Cachoeira, no estado Amazonas, além da realização de novas entrevistas e uma análise sistemática da produção do grupo. Acreditamos que a noção de jornalismo simpoiético possa contribuir não apenas com o andamento desta pesquisa, mas também com outras investigações que tratam das narrativas net-ativistas das bordas do planeta, na perspectiva de um fazer-com, de (re)construir refúgios num mundo em ruínas.

NOTAS

- 1 O levantamento estatístico sobre a população brasileira é comumente realizado a cada dez anos no Brasil. Porém, o Censo 2020 foi realizado apenas em 2022, entre outros motivos, em função da pandemia de covid-19, oficialmente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde em 18 de março de 2020.
- 2 A Funai, criada em 1967, foi chamada, até 2023, de Fundação Nacional do Índio. A nova nomenclatura, mais adequada e respeitosa com a diversidade dos povos originários, foi adotada a partir do momento em que a autarquia passou a fazer parte do organograma do então recém-criado Ministério dos Povos Indígenas e teve, pela primeira vez em sua história, à sua frente, uma presidenta indígena, a advogada e ex-deputada federal Joenia Wapichana.
- 3 No Brasil, a demarcação de terras indígenas é a garantia dos direitos territoriais dos indígenas, prevista por lei, assegurada pela Constituição Federal de 1988. A demarcação de terras indígenas é competência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e visa proteger os territórios de possíveis invasões e ocupações, remediando conflitos históricos que envolvem a especulação sobre territórios tradicionais no país.
- 4 Grande parte do território desta região é composta pela Terra Indígena Alto Rio Negro, mas a Rede Wayuri atua também na Terra Indígena Yanomami.
- 5 O termo “índios”, usado por Viveiros de Castro, pode ser o resultado de um erro dos colonizadores, que pensaram ter chegado à Índia quando chegaram à atual costa brasileira. De qualquer forma, a palavra índio é o resultado de uma abstração colonial que generaliza uma constelação de etnias e cosmologias muito diferentes entre si. Por essa razão, os estudiosos estão usando atualmente termos como “povos indígenas” ou “povos originários” na tentativa de criar um vocabulário novo, mais respeitoso e menos reducionista.
- 6 A entrevistada refere-se a Bashar Hafez al-Assad, o ditador que governou a Síria de 2000 a 2024, quando foi retirado do poder após um conflito civil que durou quatorze anos.
- 7 Aílton Krenak refere-se, neste ponto, à diversidade de povos à

margem das grandes decisões políticas e do agendamento das discussões públicas. Caiçara é a denominação dada à população tradicional dos litorais do Sudeste e do Sul do Brasil, formada pela miscigenação entre indígenas, portugueses e africanos. Quilombolas são habitantes de quilombos, comunidades ancestrais formadas por africanos escravizados para viverem em liberdade após fugirem dos senhores. As comunidades quilombolas espalhadas por todo o território brasileiro têm o direito de propriedade de suas terras definido pela Constituição Federal de 1998 e o reconhecimento e demarcação são responsabilidades da Fundação Palmares, autarquia ligada ao Ministério da Igualdade Racial. Por fim, o termo aborígine é comumente usado para tratar dos habitantes indígenas do continente australiano e da Tasmânia, mas também pode ser usado para se referir população originária de um território.

- 8 Pacha Mama ou Pachamama é a deidade máxima dos povos indígenas dos Andes centrais, na América do Sul. O termo é usado, contemporaneamente, também, para se referir às cosmopolíticas da América indígena nas quais a natureza é um sujeito de direitos (La Cadena, 2024) e, para além disso, uma teia de nós que conecta todas as coisas.
- 9 Uma importante contribuição para os estudos teóricos da comunicação, ainda que com o nome de multinaturalismo, para Di Felice (2017, p. 13), foi o “transespecificismo”, ou seja, a possibilidade, em práticas xamânicas yanomamis, de o xamã transitar entre diversas espécies, uma condição reticular conectiva por meio da qual é possível modificar-se sem alterar a forma originária. Fernanda Moreira (2017) explica que os xamãs estabelecem alianças transespecíficas, ou seja, são capazes de transitar entre diferentes mundos e se comunicar com existentes de outras espécies, por meio de uma espécie de língua-geral, como fazem os computadores, por meio do código binário.
- 10 Uma definição simplificadora para ialorixá seria: a sacerdotiza nas religiões de matrizes africanas. Porém, o papel de uma ialorixá nos terreiros (espaços sagrados das religiões afro-brasileiras) é bem mais amplo e sem bordas definidas, como toda a sociabilidade dos povos originários.

REFERÊNCIAS

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.

Coletivo Emergências. (2024, 31 de janeiro). *Seminário Jornalismo Possíveis – Encontro 3: Jornalismo e Ativismos, com Cláudia Ferraz* [Vídeo]. Youtube. Recuperado de www.youtube.com/watch?v=kHatY-qC_cow

Di Felice, M. (2013). Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *MATRIZES*, 7(2), 1982-8160. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v7i2p49-71

Di Felice, M. (2017). *Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo*. Paulus.

Di Felice, M. (2019). *La cittadinanza digitale: La crisi dell'idea occidentale di democrazia e la partecipazione nelle reti digitali*. Meltemi.

Di Felice, M. (2023). A cidadania digital e a complexidade amazônica (ideias para acelerar o fim do Antropoceno). In M. Magalhães, M. Di Felice, & T. Franco (Orgs.), *Cidadania digital: a conexão de todas as coisas* (pp. 27–48). Alameda.

Di Felice, M., & Pereira, E. S. (2017). Formas comunicativas do habitar indígena: a digitalização da floresta e o net-ativismo nativo no Brasil. In M. Di Felice & E. S. Pereira (Orgs.), *Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação* (pp. 41–62). Paulus.

Fellner, A. M. R., Oliveira, L. C., & Merkle, L. E. (2020). Entre algumas outras tecnologias: o desafio de reafirmar a ancestralidade para transformar a contemporaneidade rumo ao bem viver. *REBELA: Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos*, 10(2), 2237-339X. Recuperado de <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4188>

Ferraz, C., & Melo, A. B. V. (2024). O arco e flecha digital da Rede Wayuri. Entrevista com a comunicadora indígena Cláudia Ferraz. In M. Magalhães, E. Medeiros, T. Franco & S. Nascimento (Orgs.), *Relatos de uma (in)certa Amazônia* (pp. 187–201). Alexa Cultural/EDUA.

Grohmann, R., & Salvagni, J. (2023). *Trabalho por plataformas digitais: do aprofundamento da precarização à busca por alternativas democráticas*. Edições Sesc São Paulo.

Haraway, D. (2016). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Duke University Press.

Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras.

La Cadena, M. (2024) *Seres-terra: cosmopolíticas em mundos andinos*. Bazar das Letras.

Laia, E. J. M. (2023). Notas para uma ecologia das narrativas autônomas em audiovisual streaming: do Junho de 2013 à pandemia. *Mídia e Cotidiano*, 17(2), 2178-602X. DOI: 10.22409/rmc.v17i2.57398

Laia, E. J. M., & Guimarães, L. L. (2022). Coisas, mundos, traduções: obras para uma comunicação pelo equívoco. *Contracampo*, 41(3), 2.238 – 2.577. DOI: 10.22409/contracampo.v41i3.52775

Lemos, A. (2021). Dataficação da vida. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, 21(2), 1.984 – 7.289. DOI: 10.15448/1984-7289.2021.2.39638

Lozovei, J. C. (2021). Estudo da Rede de Comunicadores Wayuri. *ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, 17(1), 2.525–4.529. Recuperado de <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2249>

Magalhães, M. (2018). *Net-ativismo: protestos e subversões nas redes sociais digitais*. ICNOVA.

Magalhães, M., & Franco, T. (2023). Notas sobre o net-ativismo e a cidadania digital: uma introdução à obra. In M. Magalhães, M. Di Felice & T. Franco (Orgs.), *Cidadania digital: a conexão de todas as coisas* (pp. 15-23). Alameda.

Magalhães, M., & Nascimento, S. (2024). Mapeamento e diagnóstico da presença de comunidades ribeirinhas do Baixo Amazonas na internet. In M. Magalhães, E. Medeiros, T. Franco & S. Nascimento (Orgs.), *Relatos de uma (in)certa Amazônia* (pp. 88-106). Alexa Cultural/EDUA.

Marcondes Filho, C. (2000). *A saga dos cães perdidos*. Hackers Editora.

Medeiros, E. (2022). *O jornalismo em equívoco: sobre o telefone celular e a invenção diferenciante*. Editora UFJF.

Moreira, F. C. (2017). As formas comunicativas do habitar xamânico. In M. Di Felice & E. Pereira (Orgs.), *Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à Teoria da Comu-*

nicação (pp. 119–159). Paulus.

Oliveira, L., Figueroa, J., & Altivo, B. (2021). Pensar a comunicação intermundos: fóruns cosmopolíticos e diálogos interestemáticos. *Galáxia*, 46(1), 1.982–2.553. DOI: 10.1590/1982-2553202147910

Pereira, E. S. (2023). Genealogia e perspectivas epistemológicas da comunicação indígena digital no Brasil. In M. Magalhães, M. Di Felice & T. Franco (Orgs.), *Cidadania digital: a conexão de todas as coisas* (pp. 129–154). Alameda.

Portal g1. (2021, 11 de julho). *Prêmio Pulitzer concede menção especial a adolescente que filmou morte de George Floyd*. Recuperado de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/11/premio-pulitzer-concede-mencao-especial-a-adolescente-que-filmou-morte-de-george-floyd.ghtml>

Rede Wayuri. (2024, 4 de setembro). *Quem somos*. Recuperado de <https://redewayuri.org.br/quem-somos/>

Rodrigues, A. S. B., Menezes, G. M., & Lopes, R. F. (2018). Jornalismo e processos socioculturais na Amazônia: ressonâncias ideológicas na cobertura ambiental. *Aturá – Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, 2(2), 2.526–8.031. Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/5029>

Secretaria de Comunicação Social. (2023, 7 de agosto). *Brasil tem 1,69 milhão de indígenas, aponta Censo 2022*. Recuperado de www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022

Territórios Livres, Tecnologias Livres. (2024, 4 de setembro). *Mapeamento*. Recuperado de https://territorioslivres.intervozes.org.br/?page_id=461

Terso, T. (2023) Ativismo digital e rede de redes. In A. Bravin & E. Medeiros (Orgs.), *Ativismos, Segurança Digital e Narrativas Autônomas* (pp. 61–107). UFOP.

Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. Insular.

Van Dijck, J. (2016). *La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales*. Siglo Veintiuno Editores.

EVANDRO J. M. LAIA. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e pós-doutorando pela Università degli studi di Roma La Sapienza. É doutor em Comunicação (UFRJ), com estágio na Columbia University. Pesquisa comunicação indígena, cosmologias originárias e narrativas autônomas em plataformas digitais. Colaboração no artigo: concepção, conceitualização, investigação, discussão dos resultados, redação – rascunho original e versões posteriores, revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: evandro.medeiros@ufop.edu.br

MARINA MAGALHÃES DE MORAIS. Professora do Programa de Pós-graduação em Educomunicação e Linguagens da Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), campus Parintins, e do curso de Comunicação Social (Educomunicação) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutora em Ciências da Comunicação (Universidade Nova de Lisboa) e pós-doutora em Comunicação (Università degli studi di Roma La Sapienza). Estuda temas como net-ativismo, cidadania digital e jornalismo no contexto amazônico. Colaboração no artigo: conceitualização, investigação, discussão dos resultados, redação, revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: marinamagalhaes@msn.com

CÂNDIDA MARIA NOBRE DE A. MORAES. Coordenadora e professora do Programa de Pós-graduação em Educomunicação e Linguagens da Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). É doutora em Estudos da Mídia (UFRN). Pesquisa plataformização, memórias mediadas em ambientes digitais e subjetividade híbrida. Colaboração no artigo: conceitualização, investigação, discussão dos resultados, redação – rascunho original e versões posteriores, revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: candidanobre@ufam.edu.br

FINANCIAMENTO: a pesquisa, a redação e a edição deste estudo foram apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com uma bolsa de Pós-Doutorado no Exterior, por meio do Edital MCTI/CNPQ nº 16/2024.